



INFORMAÇÃO TRIMESTRAL CONSOLIDADA

PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2010

Do sucesso para novos desafios



CONTAS CONSOLIDADAS

Galp Energia, SGPS, S.A. e subsidiárias

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE MARÇO DE 2010 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

ACTIVO	Notas	Março 2010	Dezembro 2009
Activo não corrente:			
Activos tangíveis	12	2.828.206	2.641.160 (a)
Goodwill	11	189.293	189.293
Activos intangíveis	12	1.299.578	1.318.424 (a)
Participações financeiras em associadas e conjuntamente controladas	4	242.188	226.985
Participações financeiras em participadas	4	2.731	2.725
Outras contas a receber	14	109.279	98.674
Activos por impostos diferidos	9	207.870	209.945
Outros investimentos financeiros	17	533	461
Total de activos não correntes:		4.879.678	4.687.667
Activo corrente:			
Inventários	16	1.227.013	1.228.833
Clientes	15	951.031	778.384
Outras contas a receber	14	674.463	571.695
Outros investimentos financeiros	17	2.738	1.803
Imposto corrente sobre o rendimento a receber	9	-	1.807
Caixa e seus equivalentes	18	227.571	243.839
Total dos activos correntes:		3.082.816	2.826.361
Total do activo:		7.962.494	7.514.028
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital social	19	829.251	829.251
Prémios de emissão		82.006	82.006
Reservas de conversão		6.483	(10.761)
Outras reservas	20	193.384	193.364
Reservas de cobertura		(7.449)	(7.057)
Resultados acumulados		1.274.676	977.159
Dividendos antecipados	30	-	(49.755)
Resultado líquido consolidado do período		97.841	347.272
Total do capital próprio atribuível aos accionistas:		2.476.192	2.361.479
Interesses minoritários	21	28.618	27.184
Total do capital próprio:		2.504.810	2.388.663
Passivo:			
Passivo não corrente:			
Empréstimos	22	1.337.956	1.047.114
Empréstimos obrigacionistas	22	700.000	700.000
Outras contas a pagar	24	372.956	381.495 (a)
Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios	23	278.133	270.759
Passivos por impostos diferidos	9	60.665	56.684
Outros instrumentos financeiros	27	10.004	9.295
Provisões	25	155.441	153.244
Total do passivo não corrente:		2.915.155	2.618.591
Passivo corrente:			
Empréstimos e descobertos bancários	22	411.271	422.273
Empréstimos obrigacionistas	22	-	1.369
Fornecedores	26	1.092.897	1.121.574
Outras contas a pagar	24	1.013.885	961.318
Outros instrumentos financeiros	27	135	240
Imposto corrente sobre o rendimento a pagar		24.341	-
Total do passivo corrente:		2.542.529	2.506.774
Total do passivo:		5.457.684	5.125.365
Total do capital próprio e do passivo:		7.962.494	7.514.028

(a) Valores reexpressos face às demonstrações financeiras aprovadas no exercício de 2009 (vide Nota 2.24).

As notas anexas fazem parte da demonstração da posição financeira consolidada em 31 de Março de 2010.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Informação trimestral consolidada – Primeiro trimestre 2010

Galp Energia, SGPS, S.A. e subsidiárias

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

	Notas	Março 2010	Março 2009
Proveitos operacionais:			
Vendas	5	3.223.079	2.839.200
Prestação de Serviços	5	66.486	87.399
Outros proveitos operacionais	5	24.704	32.005 (a)
Total de proveitos operacionais:		3.314.269	2.958.604
Gastos operacionais:			
Custo das vendas	6	2.810.875	2.540.325
Fornecimentos e serviços externos	6	176.287	187.070
Custos com o pessoal	6	94.661	79.677
Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de activos fixos	6	70.457	67.947 (a)
Provisões e perdas por imparidade de contas a receber	6	11.635	9.674
Outros custos operacionais	6	11.119	9.453
Total de gastos operacionais:		3.175.034	2.894.146
Resultados operacionais:		139.235	64.458
Proveitos financeiros	8	4.808	3.633
Custos financeiros	8	(22.692)	(18.976)
Ganhos (perdas) cambiais		(5.213)	(2.271)
Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas e entidades conjuntamente controladas	4	16.623	17.108
Rendimentos de instrumentos financeiros	27	66	12
Outros ganhos e perdas		(310)	(306)
Resultado antes de impostos:		132.517	63.658
Imposto sobre o rendimento	9	(33.263)	(18.095)
Resultado antes de interesses minoritários:		99.254	45.563
Resultado afecto aos interesses minoritários	21	(1.413)	(1.720)
Resultado líquido consolidado do exercício	10	97.841	43.843
Resultado por acção (valor em Euros)	10	0,12	0,05

(a) Valores reexpressos face às demonstrações financeiras aprovadas no exercício de 2009 (vide nota 2.24).

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Informação trimestral consolidada – Primeiro trimestre 2010

GALP ENERGIA, SGPS, S.A. e Subsidiárias

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA **PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2010 E 2009**

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	Março 2010	Março 2009
Actividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		3.190.250	3.220.761
Pagamentos a fornecedores		(2.374.639)	(2.363.892)
Pagamentos ao pessoal		(53.213)	(55.657)
(Pagamentos)/recebimentos de imposto sobre produtos petrolíferos		(630.376)	(780.058)
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(3.224)	(5.141)
Contribuições para o fundo de pensões		(49)	-
Pagamentos a reformados antecipadamente e pré-reformados		(3.084)	(2.688)
Pagamentos de despesas de seguro com os reformados		(2.733)	(2.207)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à actividade operacional		(166.896)	(153.405)
Fluxos das actividades operacionais (1)		(43.964)	(142.287)
Actividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Participações financeiras		96	-
Activos tangíveis		1.152	143
Subsídios de investimento	13	1.542	13.121
Juros e proveitos similares		45	163
Dividendos	4	590	-
		3.425	13.427
Pagamentos respeitantes a:			
Participações financeiras		(7.600)	(501)
Activos tangíveis		(230.957)	(144.879)
Activos intangíveis		(5.327)	(19.981)
		(243.884)	(165.361)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(240.459)	(151.934)
Actividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		299.925	283.054
Juros e proveitos similares		167	295
Letras descontadas		2.005	1.671
		302.097	285.020
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(11.295)	(159.582)
Juros de empréstimos obtidos		(1.831)	(2.766)
Juros e custos similares		(11.191)	(12.250)
Reembolso de letras descontadas		(647)	(1.134)
Amortizações e juros de contratos de locação financeira		(22)	(27)
Juros de empréstimos obrigacionistas		(8)	(45)
		(24.994)	(175.804)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		277.103	109.216
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(7.320)	(185.005)
Efeito das diferenças de câmbio		(3.790)	11.786
Caixa e seus equivalentes no início do período		(61.290)	(238.835)
Varição de Perímetro	18	-	(9.582)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	18	(72.400)	(421.636)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o trimestre findo em 31 de Março de 2010.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Informação trimestral consolidada – Primeiro trimestre 2010

Galp Energia, SGPS, S.A e subsidiárias

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

Movimentos do período	Notas	Capital social	Prémios de emissão de ações	Reservas de conversão	Outras reservas (Nota 20)	Reservas de cobertura	Resultados acumulados	Dividendos antecipados (Nota 30)	Resultado líquido consolidado do período	Sub-Total	Interesses minoritários (Nota 21)	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2009		829.251	82.006	(27.449)	174.480	(1.752)	1.144.432	(124.095)	116.971	2.193.844	24.975	2.218.819
Resultado líquido consolidado do período	10	-	-	-	-	-	-	-	43.843	43.843	-	43.843
Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios		-	-	6.364	-	(5.511)	-	-	-	853	1.137	1.990
Rendimento integral do período		-	-	6.364	-	(5.511)	-	-	43.843	44.696	1.137	45.833
Distribuição de Dividendos/Dividendos antecipados		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumentos de reservas por aplicação de resultados		-	-	-	-	-	(7.124)	124.095	(116.971)	-	-	-
Saldo em 31 de Março de 2009		829.251	82.006	(21.085)	174.480	(7.263)	1.137.308	-	43.843	2.238.540	26.112	2.264.652
Saldo em 31 de Dezembro de 2009		829.251	82.006	(10.761)	193.364	(7.057)	977.159	(49.755)	347.272	2.361.479	27.184	2.388.663
Resultado líquido consolidado do período	10	-	-	-	-	-	-	-	97.841	97.841	-	97.841
Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios		-	-	17.244	20	(392)	-	-	-	16.872	1.434	18.306
Rendimento integral do período		-	-	17.244	20	(392)	-	-	97.841	114.713	1.434	116.147
Distribuição de Dividendos/Dividendos antecipados	30	-	-	-	-	-	(49.755)	49.755	-	-	-	-
Aumentos de reservas por aplicação de resultados		-	-	-	-	-	347.272	-	(347.272)	-	-	-
Saldo em 31 de Março de 2010		829.251	82.006	6.483	193.384	(7.449)	1.274.676	-	97.841	2.476.192	28.618	2.504.810

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada de alterações no capital próprio para o trimestre findo em 31 de Março de 2010.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Informação trimestral consolidada – Primeiro trimestre 2010

Galp Energia, SGPS, S.A. e subsidiárias

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em milhares de Euros - mEuros)

	<u>Notas</u>	<u>Março 2010</u>	<u>Março 2009</u>
Resultado líquido consolidado do período	10	97.841	43.843
Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios:			
Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente (Empresas do Grupo)		13.140	4.727
Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente (Empresas Associadas)		4.104	1.637
Outros aumentos/diminuições		20	-
		<u>17.264</u>	<u>6.364</u>
Aumentos / diminuições reservas de cobertura		(596)	(6.962)
Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios resultantes de Empresas Associadas	27	55	(521)
Imposto relacionado com as componentes de Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios		148	1.972
		<u>(392)</u>	<u>(5.511)</u>
Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios líquidos de imposto		16.872	853
Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios antes de interesses minoritários:		114.713	44.696
Outros Ganhos e Perdas de interesses minoritários		1.434	1.137
Ganhos e Perdas consolidados reconhecidos nos Capitais Próprios:		116.147	45.833

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral para o trimestre findo em 31 de Março de 2010.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ÍNDICE DE NOTAS

1.	NOTA INTRODUTÓRIA	9
2.	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	12
3.	EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO	14
4.	PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS	14
5.	PROVEITOS OPERACIONAIS	15
6.	GASTOS OPERACIONAIS	17
7.	INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS	18
8.	PROVEITOS E CUSTOS FINANCEIROS	20
9.	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	20
10.	RESULTADOS POR ACÇÃO	21
11.	GOODWILL	21
12.	ACTIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS	21
13.	SUBSÍDIOS	23
14.	OUTRAS CONTAS A RECEBER	24
15.	CLIENTES	26
16.	INVENTÁRIOS	27
17.	OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	28
18.	CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	29
19.	CAPITAL SOCIAL	29
20.	OUTRAS RESERVAS	30
21.	INTERESSES MINORITÁRIOS	30
22.	EMPRÉSTIMOS	30
23.	RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS	32
24.	OUTRAS CONTAS A PAGAR	33
25.	PROVISÕES	34
26.	FORNECEDORES	35
27.	OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS – DERIVADOS FINANCEIROS	35
28.	ENTIDADES RELACIONADAS	39
29.	REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	39
30.	DIVIDENDOS	39

31.	RESERVAS PETROLÍFERAS	39
32.	GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	39
33.	ACTIVOS E RESPONSABILIDADES CONTINGENTES	39
34.	INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS	40
35.	EVENTOS SUBSEQUENTES	40
36.	APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	40

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE MARÇO DE 2010

(Montantes expressos em milhares de Euros – mEuros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

a) Empresa – mãe:

A Galp Energia, SGPS, S.A. (adiante designada por Galp ou Empresa), foi constituída sobre a forma de sociedade anónima de capitais públicos, através do Decreto-Lei nº 137-A/99, de 22 de Abril de 1999, com a denominação de “Galp – Petróleos e Gás de Portugal, SGPS, S.A.”, tendo adoptado, em 13 de Setembro de 2000, a denominação actual – Galp Energia, SGPS, S. A..

A sua sede é em Lisboa e tem como objecto social a gestão de participações sociais de outras sociedades, tendo agrupado, à data da sua constituição, as participações directas do Estado nas seguintes sociedades: Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.; GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. e Transgás – Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S.A. (“Transgás, S.A.” actualmente denominada por Galp Gás Natural, S.A.).

Ao longo dos últimos anos a estrutura accionista da Empresa sofreu diversas alterações encontrando-se a posição em 31 de Março de 2010 evidenciada na Nota 19.

Parte das acções da Empresa representativas de 25,32% do Capital Social encontram-se cotadas em bolsa, na Euronext Lisbon.

b) O Grupo:

Em 31 de Março de 2010 o Grupo Galp (“Grupo”) é constituído pela Galp e subsidiárias, as quais incluem: (i) a Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. (“Petrogal”) e respectivas subsidiárias que desenvolvem as suas actividades de “upstream” e “downstream” na área do petróleo bruto e seus derivados; (ii) a GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. e respectivas subsidiárias que desenvolvem a sua actividade na área do gás natural; (iii) a Galp Power, SGPS, S.A. e respectivas subsidiárias que desenvolvem a sua actividade no sector da electricidade e das energias renováveis; e (iv) a Galp Energia, S.A., empresa que desenvolve os serviços de suporte corporativos.

b1) Actividade de “Upstream” e “Downstream” na área do petróleo bruto

A Petrogal é a única empresa a operar no sector da refinação de petróleos em Portugal e está também presente na distribuição de produtos refinados de petróleo através da marca GALP, da qual é proprietária. A Petrogal e as suas subsidiárias desenvolvem a sua actividade na área da exploração e produção (“upstream”) e da refinação e distribuição (“downstream”) de petróleo bruto e seus derivados.

b2) Actividade de Gás Natural

As empresas subsidiárias do Grupo GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. que têm actividade de: i) aprovisionamento, venda a produtores de electricidade em regime ordinário, venda ao comercializador de último recurso grossista e venda a grandes clientes em regime de mercado livre, nomeadamente através da Galp Gás Natural, S.A.; ii) comercialização por grosso a clientes em regime de mercado regulado; iii) armazenagem através da Transgás Armazenagem, S.A. e iv) distribuição e comercialização de gás natural, nomeadamente através da LisboaGás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A. e Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A., que operam com base em contratos de concessão celebrados com o Estado Português, que tinham data de término em 2028 (ou 2034 no caso da Beiragás). Os contratos iniciais, excepto o da Galp Gás Natural, S.A., estiveram em vigor até ao ano de 2007 (inclusive). Em 11 de Abril de 2008 foram assinados novos contratos de concessão com efeitos a 1 de Janeiro de 2008 e que terminam em 2045 no caso da actividade de armazenagem e 2047 no caso das actividades de distribuição e comercialização de gás natural ao abrigo da nova legislação para este sector. Findo este prazo, os bens afectos às concessões serão transferidos para o Estado Português e as empresas serão indemnizadas por um montante correspondente ao valor líquido contabilístico daqueles bens àquela data, líquido de amortizações, participações financeiras e subsídios a fundo perdido.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de Outubro, que aprovou a estratégia nacional para a energia, estabelece como uma das linhas de orientação a liberalização e a promoção da concorrência nos mercados energéticos, através da alteração dos respectivos enquadramentos estruturais.

O decreto-lei n.º 30/2006, de 15 de Fevereiro, concretizando no plano normativo a linha estratégica da Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de Outubro, define para o sector do gás natural um quadro legislativo coerente e articulado com a legislação comunitária e os principais objectivos estratégicos aprovados na referida resolução. Neste quadro, são estabelecidos os princípios de organização e funcionamento do Sistema Nacional de Gás Natural, bem como as regras gerais aplicáveis ao exercício das actividades de recepção, armazenamento e regaseificação de GNL, armazenamento subterrâneo, transporte, distribuição e comercialização, transpondo--se, desta forma, os princípios da Directiva n.º 2003/55/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho, tendo por finalidade o incremento de um mercado livre e concorrencial. A organização do Sistema Nacional de Gás Natural assenta fundamentalmente na exploração da rede pública de gás natural, constituída pela Rede Nacional de Transporte, Instalações de Armazenamento e Terminais e pela Rede Nacional de Distribuição de Gás Natural. A exploração destas infra-estruturas processa-se através de concessões de serviço público, ou de licenças de serviço público no caso de redes locais autónomas de distribuição. Simultaneamente, nas condições a estabelecer em legislação complementar, permite-se a distribuição privativa de gás natural através de licença para o efeito.

b3) Actividade de Produção e Comercialização de Energia

As empresas subsidiárias do Grupo Galp Power desenvolvem as actividades relacionadas com a produção e comercialização de energia eléctrica e térmica.

c) Actividade

A actividade do Grupo Galp Energia compreende os seguintes negócios:

- O segmento de negócio de Exploração e Produção (“E&P”) é responsável pela presença da Galp Energia no sector “*upstream*” da indústria petrolífera, levando a cabo a supervisão e execução de todas as actividades relacionadas com a exploração, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos essencialmente em Angola, Brasil, Moçambique e Timor-Leste.
- O segmento de negócio de Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos (“Refinação e Distribuição”) detém as duas únicas refinarias existentes em Portugal e inclui ainda todas as actividades de comercialização, a retalho e grossista, de produtos refinados (incluindo GPL). O segmento de Refinação e Distribuição engloba igualmente a maior parte das infra-estruturas de armazenamento e transporte de produtos petrolíferos em Portugal, as quais se encontram estrategicamente localizadas, quer para a exportação quer para a distribuição dos produtos nos principais centros de consumo. Esta actividade de comercialização a retalho com a marca Galp, estende-se ainda a Espanha, Moçambique, Guiné Bissau, Gambia e Suazilândia com subsidiárias totalmente detidas pelo grupo e “joint-ventures” em Angola e Cabo Verde.
- O segmento de negócio de Gás e Power abrange as áreas de negócio de Aprovisionamento, Comercialização e Distribuição de Gás Natural e Geração de Energia Eléctrica e Térmica.
 - A área de Aprovisionamento e Comercialização de Gás Natural destina-se a fornecer gás natural a grandes clientes industriais, com um consumo anual superior a 2 milhões de m³, a empresas produtoras de electricidade, às empresas integradas comercializadoras de gás natural e às UAG ‘s (“Unidades Autónomas de Gás”). A Galp também mantém os contratos de aprovisionamento de longo prazo com empresas da Argélia e da Nigéria, por forma a satisfazer a procura dos seus clientes.
 - A área de Distribuição e Comercialização de Gás Natural, em conjunto com as empresas distribuidoras e comercializadoras de gás natural nas quais a Galp Energia detém participações significativas, tem em vista a venda de gás natural a clientes residenciais, comerciais e industriais com consumos anuais inferiores a 2 milhões de m³.
 - A área de Power produz actualmente energia eléctrica e térmica que fornece a grandes clientes industriais. Actualmente a Galp Energia detém participações em quatro centrais de cogeração com uma capacidade instalada total de 160 MW. Adicionalmente, detém participação em parques eólicos e numa central de ciclo combinado, a qual se encontram ainda em fase de investimento.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros (moeda funcional), dado que esta é a divisa preferencialmente utilizada no ambiente económico em que a Empresa opera.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações consolidadas do grupo Galp Energia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto para os instrumentos financeiros derivados que se encontram registados pelo justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, ajustados no processo de consolidação, de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas pela União Europeia, efectivas para exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2005. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – International Financial Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standard Board (“IASB”), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respectivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standing Interpretation Committee (“SIC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por “IFRS”.

O Conselho de Administração da Empresa entende que as demonstrações financeiras consolidadas anexas e as notas que se seguem asseguram uma adequada apresentação da informação financeira consolidada intercalar preparada ao abrigo da IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar. Assim, na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afectam as quantias reportáveis de Activos e Passivos, assim como as quantias reportáveis de Proveitos e Custos durante o período de reporte. Todas as estimativas e assunções efectuadas pelo Conselho de Administração foram contudo efectuadas, com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

Durante o primeiro trimestre do ano de 2010 foram somente divulgadas as variações materiais exigidas pelo normativo IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação de Informações. Para as restantes divulgações pedidas por este normativo, consultar o anexo consolidado a Dezembro de 2009.

2.1. Alteração de políticas contabilísticas

No primeiro trimestre de 2010 a Galp alterou a política de contabilização dos subsídios ao investimento concedidos por organismos governamentais. Até ao final de 2009 a Galp Energia registava os subsídios ao investimento como uma dedução ao valor dos activos. Porém, segundo a norma IAS 20 é admitido igualmente, como tratamento alternativo, o registo dos subsídios ao investimento concedidos por organismos governamentais no Passivo como um Proveito diferido.

O IASB (International Accounting Standard Board), entidade que procede ao estudo e revisão sistemática das normas IAS/IFRS, tem em marcha um projecto de alteração da norma IAS 20, no âmbito do projecto de convergência (MoU – Memorandum of Understanding) com o organismo norte-americano FASB (Financial Accounting Standards Board). Está a ser questionado que a dedução de subsídios ao investimento ao valor dos activos, poderá diminuir o seu valor diminuindo a clareza nos valores apresentados.

Além da alteração contabilística acima mencionada, o Grupo analisou as suas operações à luz da interpretação IFRIC 12 – “Acordos de Concessão de Serviços”, tendo constatado que a sua actividade de gás regulada se encontra abrangida por esta interpretação, pelo facto de ser concessionada pelo Estado português, os activos reverterem no fim da concessão para o concedente, os preços praticados encontrarem-se regulados, bem como, pela razão, de se estar a praticar uma prestação de serviço público.

Informação trimestral consolidada – Primeiro trimestre 2010

O Grupo considera que pela especificidade da concessão e sistema regulatório existente, deve aplicar o Modelo de Activo Intangível relevado na IFRIC 12. Como tal, os activos tangíveis e intangíveis foram reclassificados para a rubrica de Acordos de serviço de concessão nos activos intangíveis, sem afectar a vida útil dos mesmos.

A interpretação IFRIC 12, releva igualmente a necessidade de se verificar à luz da norma IAS 37 – “Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes” a necessidade de criação de provisões. O Grupo considera não haver necessidade de criar provisões nas suas contas.

Devido às alterações das políticas contabilísticas, quanto a subsídios ao investimento e aplicação da interpretação IFRIC 12 – “Acordos de Concessão de Serviços” os montantes comparativos das demonstrações financeiras foram reexpressos, sendo os efeitos no Balanço e Demonstração de Resultados representados no quadro abaixo:

Balanço:

	Activo Bruto 2009				Amortizações acumuladas 2009			
	Activo Bruto 2009	Aplicação da IFRIC 12	Transferência de subsídios p/ Proveitos diferidos	Activo Bruto reexpresso	Amortizações Acumuladas e Imparidades 2009	Aplicação da IFRIC 12	Transferência de subsídios p/ Proveitos diferidos	Amortizações Acumuladas e Imparidades reexpresso
Activos Tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	289.545	(10.832)	1.193	279.906	(3.305)	1.705	(314)	(1.914)
Edifícios e outras construções	855.916	(8.818)	7.212	854.310	(519.973)	2.835	(3.737)	(520.875)
Equipamento básico	4.523.961	(929.633)	297.514	3.891.842	(3.063.425)	232.895	(124.356)	(2.954.886)
Equipamento de transporte	26.377	-	-	26.377	(22.262)	-	-	(22.262)
Ferramentas e utensílios	5.589	-	9	5.598	(4.428)	-	(9)	(4.437)
Equipamento administrativo	156.524	-	778	157.302	(129.045)	-	(759)	(129.804)
Taras e vasilhame	154.239	-	12	154.251	(137.676)	-	(1)	(137.677)
Outras imobilizações corpóreas	154.888	-	335	155.223	(100.831)	-	(315)	(101.146)
Imobilizações em curso	1.002.044	(17.296)	2.456	987.204	-	-	-	-
Adiantamentos por conta de imob. corpóreas	2.148	-	-	2.148	-	-	-	-
	7.171.231	(966.579)	309.509	6.514.161	(3.980.945)	237.435	(129.491)	(3.873.001)
Activos Intangíveis								
Despesas de instalação	4.682	-	1	4.683	(4.325)	-	(1)	(4.326)
Despesas de investigação e de desenvolvimento	4.998	-	8.552	13.550	(4.341)	-	(7.932)	(12.273)
Propriedade industrial e outros direitos	436.027	-	570	436.597	(191.871)	-	(559)	(192.430)
Reconversão de consumos para gás natural	282.459	(389.607)	117.601	10.453	(73.188)	89.852	(26.668)	(10.004)
Trespases	42.178	-	-	42.178	(11.752)	-	-	(11.752)
Acordos de concessão	-	1.338.890	-	1.338.890	-	(327.287)	-	(327.287)
Imobilizações em curso - acordos de concessão	-	18.493	-	18.493	-	-	-	-
Imobilizações em curso	12.849	(1.197)	-	11.652	-	-	-	-
	783.193	966.579	126.724	1.876.496	(285.477)	(237.435)	(35.160)	(558.072)

Demonstração de Resultados:

	Março 2009	Aplicação da IFRIC 12	Transferência de subsídios p/ Proveitos operacionais	Março 2009 reexpresso
Amortizações e imparidades de activos fixos tangíveis	58.871	(5.351)	1.929	55.449
Amortizações e imparidades de activos intangíveis	6.383	(2.104)	764	5.043
Amortizações e imparidades de acordos de concessão	-	7.455	-	7.455
Total de custos de amortizações (Nota 6)	65.254	-	2.693	67.947
Proveitos Operacionais - subsídios ao investimento (Nota 5)	-	-	(2.693)	(2.693)
	-	-	(2.693)	(2.693)

Para esclarecimentos adicionais sobre as demais políticas contabilísticas seguidas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas intercalares e outras informações, consultar as demonstrações consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2009 e o respectivo anexo.

Informação trimestral consolidada – Primeiro trimestre 2010

3. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

Durante o período findo em 31 de Março de 2010 não ocorreram alterações no perímetro de consolidação face ao apresentado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009. Para esclarecimentos adicionais consultar as demonstrações consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2009 e o respectivo anexo.

4. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS

4.1. Participações financeiras em empresas conjuntamente controladas

O movimento ocorrido na rubrica de participações financeiras em empresas conjuntamente controladas no período findo em 31 de Março de 2010 foi o seguinte:

Empresas	Saldo inicial	Aumento participação	Alienação da participação	Ganhos / Perdas	Ajust. conversão cambial	Ajust. reservas cobertura	Resultados exercícos ant.	Dividendos	Transferências / Regularizações	Saldo final
Participações financeiras										
C.L.C. - Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	32,194	-	-	2,028	-	-	-	(8,775)	-	25,447
Asa - Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	8	-	-	1	-	-	-	-	-	9
Sigás - Armazenagem de Gás, A.C.E.	-	-	-	100	-	-	-	-	-	100
	32,202	-	-	2,129	-	-	-	(8,775)	-	25,556
Provisões para partes de capital em empresas associadas										
Ventinveste, S.A.	(288)	-	-	(52)	-	-	-	-	-	(340)
Calageste - Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	(20)	-	-	(10)	-	-	-	-	-	(30)
	(308)	-	-	(62)	-	-	-	-	-	(370)
	31,894	-	-	2,067	-	-	-	(8,775)	-	25,186

4.2. Participações financeiras em empresas associadas

O movimento ocorrido na rubrica de participações financeiras em empresas associadas no período findo em 31 de Março de 2010 foi o seguinte:

Empresas	Saldo inicial	Aumento participação	Alienação da participação	Ganhos / Perdas	Ajust. conversão cambial	Ajust. reservas cobertura	Resultados exercícos ant.	Dividendos	Transferências / Regularizações	Saldo final
Participações financeiras										
Compañia Logística de Hidrocarburos CLH, S.A.	57.873	-	-	1.664	-	-	4	-	-	59.541
EMPL - Europe Magreb Pipeline, Ltd	56.855	-	-	9.749	4.163	-	-	-	-	70.767
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	17.473	-	-	881	-	-	-	-	-	18.354
Empresa Nacional de Combustíveis - Enacol, S.A.R.L	17.502	-	-	242	-	-	226	-	19	17.999
Selgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	16.246	-	-	1.035	-	-	-	-	-	17.281
Gasoduto Extremadura, S.A.	15.063	-	-	1.028	-	-	-	-	-	16.091
MDA - Mobil Disa Aviaçoms, S.A.	5.054	-	-	297	-	-	-	-	-	5.351
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	4.096	-	-	-	-	41	36	-	-	4.173
Sonangalp - Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	1.962	-	-	548	(76)	-	149	-	-	2.583
Melragaz, S.A.	1.527	-	-	65	17	-	-	-	-	1.609
Terparque - Armazenagem de Combustíveis, Lda.	1.028	-	-	-	-	-	48	-	-	1.076
Gásfomento - Sistemas e Instalações de Gás, S.A.	104	-	-	-	-	-	-	-	-	104
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	(a)	1.782	-	(69)	-	-	-	-	-	1.713
	194.783	1.782	-	15.440	4.104	41	463	-	19	216.632
Provisões para partes de capital em empresas associadas										
Energín - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A	(176)	-	-	55	-	-	-	-	-	(121)
	(176)	-	-	55	-	-	-	-	-	(121)
	194.607	1.782	-	15.495	4.104	41	463	-	19	216.511

(a) A Subsidiária Galp Power, SGPS, S.A. adquiriu 50% do capital do Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda., pelo montante de mEuros 1.782 que tinha à data da compra Capitais Próprios negativos no montante de mEuros 180, resultando um Goodwill no montante de mEuros 1.872.

A rubrica de resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas registadas nas demonstrações consolidadas dos resultados para o período findo em 31 de Março de 2010 tem a seguinte composição:

Informação trimestral consolidada – Primeiro trimestre 2010

Efeito de aplicação do método de equivalência patrimonial:	
Empresas associadas	15.495
Empresas associadas - correções relativas a exercícios anteriores	463
Empresas conjuntamente controladas	2.067
Correções relativas a exercícios anteriores em empresas do grupo	(1.402)
	<u>16.623</u>

O valor recebido de dividendos no período findo em 31 de Março de 2010 foi de mEuros 590 referente a dividendos atribuídos em anos anteriores, no entanto foi reflectido na rubrica de participações financeiras em empresas conjuntamente controladas (Nota 4.1) e associadas, o montante total de mEuros 8.775, que foi o montante já aprovado em Assembleia Geral das respectivas empresas apesar de ainda não terem sido recebidos.

4.3. Participações financeiras em empresas participadas

Durante o período findo em 31 de Março de 2010, não ocorreram variações significativas na rubrica de Participações financeiras em empresas participadas, face às demonstrações financeiras consolidadas da Empresa em 31 de Dezembro de 2009. Para esclarecimentos adicionais consultar as demonstrações consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2009 e o respectivo anexo.

5. PROVEITOS OPERACIONAIS

O detalhe dos rendimentos operacionais do grupo para os trimestres findos em 31 de Março de 2010 e 2009 é como segue:

Rubricas	Março 2010	Março 2009
Vendas:		
de mercadorias	1,292,143	1,574,618
de produtos	<u>1,930,936</u>	<u>1,264,582</u>
	<u>3,223,079</u>	<u>2,839,200</u>
Prestação de serviços	<u>66,486</u>	<u>87,399</u>
Outros proveitos operacionais:		
Proveitos suplementares	8,977	12,447
Trabalhos para a própria empresa	2,870	1,905
Ganhos em imobilizações	57	1,435
Subsídios à exploração	2,725	610
Subsídios ao investimento	2,542	2,693 (a)
Correções de exercícios anteriores	110	2,492
Outros	<u>7,423</u>	<u>10,423</u>
	<u>24,704</u>	<u>32,005</u>
	<u>3,314,269</u>	<u>2,958,604 (a)</u>

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.1.

Informação trimestral consolidada – Primeiro trimestre 2010

O montante das vendas de produtos no trimestre findo em 31 de Março de 2010 teve um aumento significativo quando comparado com as do mesmo período de 2009, originado essencialmente pelo aumento do preço de venda dos produtos combustíveis.

As vendas de combustíveis incluem o valor de Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP).

A rubrica de vendas de mercadorias inclui o montante de mEuros 6.899 (Nota 14) relativo à diferença entre o custo de aquisição do gás natural aos fornecedores do grupo e os preços de venda definidos pela ERSE para o ano gás 2009-2010, os quais são actualizados trimestralmente.

De acordo com o regulamento da ERSE e consequente separação de actividades de distribuição e comercialização de gás natural a remuneração relativa à actividade de distribuição passou a ser classificada na rubrica de prestações de serviços. Adicionalmente, por deter o risco de crédito associado à cobrança a clientes finais de gás natural das tarifas de utilização da rede de transporte e uso global do sistema debitados ao grupo pela Empresa REN Gasodutos, os quais ascendem ao montante de mEuros 6.756 (Nota 6), as rubricas de prestação de serviços incluem igualmente aqueles montantes.

A rubrica de proveitos suplementares inclui essencialmente proveitos relativos a taxas de exploração, taxas de espaços publicitários, taxas de lavagens automáticas, entre outras debitadas a revendedores por utilização da marca GALP.

Informação trimestral consolidada – Primeiro trimestre 2010

6. GASTOS OPERACIONAIS

O resultado dos trimestres findos em 31 de Março de 2010 e 2009 foram afectados pelas seguintes rubricas de gastos operacionais:

RUBRICAS	Março 2010	Março 2009
Custo das Vendas:		
Mercadorias	804.941	998.441
Matérias primas e subsidiárias	1.371.024	816.301
Imposto sobre produtos petrolíferos	666.836	860.577
Variação da produção	(35.568)	250.076
Reduções (aumentos) ao inventário	1.177	(382.826)
Derivados financeiros	2.465	(2.244)
	2.810.875	2.540.325
Fornecimento e serviços externos:		
Subcontratos	1.195	1.190
Rendas e alugueres	19.716	20.859
Conservação e reparação	12.251	14.360
Publicidade	2.031	3.605
Transporte de mercadorias	26.134	29.591
Seguros	5.796	12.247
Comissões	5.587	6.037
Armazenagem e enchimento	21.632	18.357
Serviços e taxas portuárias	1.756	2.935
Outros fornecimentos e serviços externos	13.440	15.558
Outros serviços especializados	55.661	52.360
Outros custos	11.088	9.971
	176.287	187.070
Custos com pessoal:		
Remunerações órgãos sociais (Nota 29)	1.287	1.208
Remunerações do pessoal	63.226	51.709
Encargos sociais	13.258	13.255
Benefícios de reforma - pensões e seguros	12.063	10.254
Outros seguros	1.971	1.866
Outros gastos	2.856	1.385
	94.661	79.677
Amortizações, depreciações e imparidades:		
Amortizações e imparidades de activos fixos tangíveis	56.515	55.449 (a)
Amortizações e imparidades de activos intangíveis	5.981	5.043 (a)
Amortizações e imparidades de acordos de concessão	7.961	7.455 (a)
	70.457	67.947 (a)
Provisões e imparidade de contas a receber		
Provisões e reversões (Nota 25)	9.318	8.011
Perdas de imparidade de contas a receber de clientes (Nota 15)	2.377	6.755
Perdas e ganhos de imparidade de outras contas a receber (Nota 14)	(60)	(5.092)
	11.635	9.674
Outros custos operacionais		
Outros impostos	3.672	2.756
Perdas em Imobilizações	(418)	(234)
Outros custos operacionais	7.865	6.931
	11.119	9.453
	3.175.034	2.894.146 (a)

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.1.

A rubrica de custo das mercadorias vendidas inclui o montante de mEuros 6.756 relativos a custos debitados pela Ren Gasodutos conforme explicado na Nota 5.

A rubrica de outros serviços especializados no montante de mEuros 55.661 inclui o montante debitado pela Ren Gasodutos à Galp Gás Natural pela utilização efectuada da rede nacional de transporte de gás natural cujo montante no trimestre findo em 31 de Março de 2010 ascendeu a mEuros 14.194.

A variação verificada na rubrica de reduções ao inventário ficou a dever-se à reversão do ajustamento constituído em Dezembro de 2008 face ao comportamento das cotações internacionais dos produtos petrolíferos que se aproximaram ou ultrapassaram os valores contabilísticos das existências, naquela data, o qual teve impacto no primeiro trimestre de 2009.

Informação trimestral consolidada – Primeiro trimestre 2010

O montante de mEuros 9.318 respeitante a Provisões e Reversões inclui essencialmente o reforço da provisão para fazer face ao acerto do preço de compra e de venda de gás no montante de mEuros 8.387 (Nota 25).

7. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Segmentos de negócio

O grupo está organizado em quatro segmentos de negócio, com as seguintes unidades de negócio:

- Gás e Power;
- Refinação e Distribuição de produtos Petrolíferos;
- Exploração e Produção;
- Outros.

Relativamente ao segmento de negócio “outros”, o grupo considerou a empresa holding Galp Energia, SGPS, S.A., e empresas com actividades distintas nomeadamente a Tagus Re, S.A. e a Galp Energia, S.A..

Seguidamente apresenta-se a informação financeira relativa aos segmentos identificados anteriormente, em 31 de Março de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, em que se desdobram, para melhor detalhe, o segmento de Gás e Power nas áreas de gás natural e electricidade:

	Aprovisionamento e Transporte de Gás Natural		Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos		Exploração e Produção		Electricidade		Outros		Eliminações		Consolidado	
	2010	2009 (*)	2010	2009 (*)	2010	2009 (*)	2010	2009 (*)	2010	2009 (*)	2010	2009 (*)	2010	2009 (*)
Proveitos														
Vendas e Prestações Serv Inter-segmentais	365.246	419.849	2.898.153	2.511.033	36.735	10.300	31.566	9.304	31.035	28.911	(73.170)	(52.798)	3.289.565	2.926.599
Externas	35.003	27.298	314	252	-	446	11.017	54	26.836	24.748	(73.170)	(52.798)	-	-
EBITDA IAS/IFRS (1)	330.243	392.551	2.897.839	2.510.781	36.735	9.854	20.549	9.250	4.199	4.163	-	-	3.289.565	2.926.599
Gastos não Desembolsáveis														
Amortizações e Ajustamentos	(8.315)	(8.027)	(45.276)	(42.128)	(14.074)	(16.912)	(2.375)	(774)	(417)	(106)	-	-	(7.047)	(67.947)
Provisões (liq.)	(8.589)	(6.731)	(1.399)	(647)	(1.649)	(1.548)	-	-	2	(748)	-	-	(11.635)	(9.674)
Resultados Segmentais IAS/IFRS	41.896	30.210	58.876	38.324	33.119	(2.589)	4.185	737	1.143	(2.387)	18	163	139.237	64.458
Resultados Particip. Financeiras	12.521	11.604	4.317	5.201	-	-4	-59	-119	-156	426	-	-	16.623	17.108
Outros Result. Financeiros	(1.419)	(3.743)	(23.149)	(18.316)	(2.067)	517	(602)	(509)	3.914	4.306	(18)	(163)	(23.341)	(17.908)
Imposto sobre o Rendimento	(14.483)	(7.937)	(8.685)	(3.153)	(7.850)	(4.762)	(1.064)	(84)	(1.181)	(2.159)	-	-	(33.263)	(18.095)
Interesses Minoritários	(1.066)	(1.114)	(318)	(304)	-	-	(29)	(302)	-	-	-	-	(1.413)	(1.720)
Resultados Líquido IAS/IFRS	37.449	29.020	31.041	21.752	23.202	(6.838)	2.431	(277)	3.720	186	-	-	97.843	43.843
Em 31 Março 2010 e 31 de Dezembro de 2009 (*)														
OUTRAS INFORMAÇÕES														
Activos do Segmento (2)														
Investimento Financeiro (3)	123.651	106.909	118.454	121.730	313	306	2.026	306	476	459	-	-	244.920	229.710
Outros Activos	1.668.105	1.650.467	5.163.782	4.692.383	1.038.717	913.519	173.004	169.019	2.582.597	2.005.741	(2.908.631)	(2.146.811)	7.717.574	7.284.318
Activos Totais Consolidados	1.791.756	1.757.376	5.282.236	4.814.113	1.039.030	913.825	175.030	169.325	2.583.073	2.006.200	(2.908.631)	(2.146.811)	7.962.494	7.514.028
Passivos Totais Consolidados	1.231.196	1.239.668	4.564.376	4.123.734	294.402	200.192	168.359	165.114	2.107.983	1.543.468	(2.908.631)	(2.146.811)	5.457.685	5.125.365
Investimento Activos Tangíveis e Intangíveis	10.697	14.137	140.416	45.332	77.583	33.293	5.342	2.483	1.717	540	-	-	235.755	95.785

Valores reexpressos face às contas publicadas conforme nota 2.1 A BDR

(1) EBITDA = Resultados Segmentais/EBIT + Amortizações+Provisões

(2) Quantia líquida.

(3) Pelo Método da Equivalência Patrimonial.

Vendas e Prestações de Serviços Inter-segmentais

Segmentos	Aprovisionamento e Distribuição de Gás Natural	Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos	Exploração e Produção	Electricidade	Outros	TOTAL
Aprovisionamento e Distribuição de Gás Natural	n.a.	173	-	-	4.936	5.109
Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos	12.936	n.a.	-	11.007	20.360	44.303
Exploração e Produção	-	6	n.a.	-	863	869
Electricidade	22.067	7	-	n.a.	677	22.751
Outros	-	128	-	10	n.a.	138
	35.003	314	-	11.017	26.836	73.170

As principais transacções inter-segmentais de vendas e prestações de serviços referem-se essencialmente a:

- Aprovisionamento e distribuição de gás natural: venda de gás natural para o processo produtivo das refinarias de Leixões e Sines (Refinação e distribuição de produto petrolíferos), e para processo produtivo de electricidade (segmento electricidade);
- Refinação e distribuição de produtos petrolíferos: abastecimento de viaturas de todas as Empresas do Grupo;
- Electricidade: fornecimento de vapor para o processo produtivo da refinaria de Sines;
- Outros: serviços de back-office e de gestão.

Num contexto de partes relacionadas, à semelhança do que acontece entre empresas independentes que efectuam operações entre si, as condições em que assentam as suas relações comerciais e financeiras são regidas pelos mecanismos de mercado.

Os pressupostos subjacentes à determinação dos preços nas transacções entre as Empresas do Grupo assentam na consideração das realidades e características económicas das situações em apreço, ou seja, na comparação das características das operações ou das empresas susceptíveis de terem impacto sobre as condições inerentes às transacções comerciais em análise. Neste contexto, são analisados, entre outros, os bens e serviços transaccionados, as funções exercidas pelas partes (incluindo os activos utilizados e os riscos assumidos), as cláusulas contratuais, a situação económica dos intervenientes bem como as respectivas estratégias negociais.

A remuneração, num contexto de partes relacionadas, corresponde assim à que é adequada, por regra, às funções exercidas por cada empresa interveniente, tendo em atenção os activos utilizados e os riscos assumidos. Assim, e para determinação desta remuneração são identificadas as actividades desenvolvidas e riscos assumidos pelas empresas no âmbito da cadeia de valor dos bens/serviços que transaccionam, de acordo com o seu perfil funcional, designadamente, no que concerne às funções que levam a cabo - importação, fabrico, distribuição, retalho.

Em suma, os preços de mercado são determinados não apenas com recurso à análise das funções que são desempenhadas, dos activos utilizados e riscos incorridos por uma entidade, mas também tendo presente o contributo desses elementos para a rentabilidade da empresa. Esta análise passa por verificar se os indicadores de rentabilidade das empresas envolvidas se enquadram dentro dos intervalos calculados com na base na avaliação de um painel de empresas funcionalmente comparáveis, mas independentes, permitindo assim que os preços sejam fixados com vista a que se respeite o princípio de plena concorrência.

8. PROVEITOS E CUSTOS FINANCEIROS

O detalhe do valor apurado relativamente a proveitos e custos financeiros para os trimestres findos em 31 de Março de 2010 e 2009 é como segue:

	Março 2010	Março 2009
<u>Proveitos financeiros:</u>		
Juros de depósitos bancários	864	2,113
Outros proveitos financeiros	3,612	504
Juros obtidos e outros proveitos relativos a empresas relacionadas	332	1,016
	<u>4,808</u>	<u>3,633</u>
<u>Custos financeiros:</u>		
Juros de empréstimos e descobertos bancários	(19,473)	(18,194)
Juros capitalizados nos activos fixos	4,402	2,459
Outros custos financeiros	(7,465)	(3,067)
Juros suportados relativos a empresas relacionadas	(156)	(174)
	<u>(22,692)</u>	<u>(18,976)</u>

O Grupo acordou como política capitalizar nos activos tangíveis e intangíveis em construção os juros suportados com a obtenção de empréstimos. A percentagem de capitalização dos juros suportados é proporcional ao montante do investimento efectuado, de acordo com o preconizado no normativo IAS 23 - Custos dos empréstimos obtidos.

Durante o trimestre findo em 31 de Março de 2010, o Grupo procedeu à capitalização na rubrica de imobilizado em curso, o montante de mEuros 4.402, relacionado com encargos financeiros incorridos com empréstimos para financiamento de investimentos em imobilizado durante o seu período de construção que inclui essencialmente o montante de mEuros 3.856 relativos ao projecto de conversão da refinaria de Sines e do Porto.

9. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos trimestres findos em 31 de Março de 2010 e 2009 são detalhados como segue:

	Março 2010	Março 2009
Imposto corrente	25,708	9,300
Excesso / insuficiência da estimativa de imposto do ano anterior	(489)	(7)
Imposto diferido	8,044	8,802
	<u>33,263</u>	<u>18,095</u>

A taxa efectiva de imposto em 31 de Março de 2010 e em 31 de Março de 2009 foi de 25% e de 28%, respectivamente. Esta redução ficou a dever-se essencialmente à redução da taxa de IRP.

Informação trimestral consolidada – Primeiro trimestre 2010

10. RESULTADOS POR ACCÇÃO

O resultado por acção em 31 de Março de 2010 e 2009 foi o seguinte:

	Março 2010	Março 2009
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção (resultado líquido consolidado do exercício)	97,841	43,843
Número de acções		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção (Nota 19)	829,250,635	829,250,635
Resultado por acção básico (valores em Euros):	0.12	0.05

Pelo facto de não existirem situações que originam diluição, o resultado líquido por acção diluído é igual ao resultado líquido por acção básico.

11. GOODWILL

Durante o período findo em 31 de Março de 2010, não ocorreram variações na rubrica de Goodwill, face as demonstrações financeiras consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2009. Para esclarecimentos adicionais consultar as demonstrações consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2009 e o respectivo anexo.

12. ACTIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

	Março 2010			Dezembro 2009 - Reexpresso		
	Activo Bruto	Amortizações Acumuladas e Imparidades	Activo Líquido	Activo Bruto	Amortizações Acumuladas e Imparidades	Activo Líquido
Activos Tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	281.705	(1.705)	280.000	279.906	(1.914)	277.992
Edifícios e outras construções	855.257	(529.582)	325.675	854.310	(520.875)	333.435
Equipamento básico	3.945.840	(3.003.016)	942.824	3.891.842	(2.954.886)	936.956
Equipamento de transporte	26.849	(22.666)	4.183	26.377	(22.262)	4.115
Ferramentas e utensílios	5.564	(4.487)	1.077	5.598	(4.437)	1.161
Equipamento administrativo	160.467	(131.939)	28.528	157.301	(129.803)	27.498
Taras e vasilhame	154.389	(138.823)	15.566	154.252	(137.678)	16.574
Outras imobilizações corpóreas	156.502	(103.451)	53.051	155.223	(101.146)	54.077
Imobilizações em curso	1.131.289	-	1.131.289	987.204	-	987.204
Adiantamentos por conta de imob. corpóreas	46.013	-	46.013	2.148	-	2.148
	6.763.875	(3.935.669)	2.828.206	6.514.161	(3.873.001)	2.641.160
Activos Intangíveis						
Despesas de instalação	4.080	(3.734)	346	4.683	(4.326)	357
Despesas de investigação e de desenvolvimento	13.779	(12.442)	1.337	13.550	(12.273)	1.277
Propriedade industrial e outros direitos	437.139	(198.137)	239.002	436.597	(192.430)	244.167
Reconversão de consumos para gás natural	10.453	(10.093)	360	10.453	(10.004)	449
Trespases	24.105	(11.907)	12.198	42.178	(11.752)	30.426
Acordos de concessão	1.349.902	(335.248)	1.014.654	1.338.890	(327.287)	1.011.603
Imobilizações em curso - acordos de concessão	18.035	-	18.035	18.493	-	18.493
Imobilizações em curso	13.646	-	13.646	11.652	-	11.652
	1.871.139	(571.561)	1.299.578	1.876.496	(558.072)	1.318.424

Os saldos das contas a 31 de Dezembro de 2009 encontram-se reexpressos devido à alteração das seguintes políticas (Nota 2.1):

Informação trimestral consolidada – Primeiro trimestre 2010

- Aplicação da IFRIC 12 – Concessões públicas a privados de infra-estruturas foram transferidas para as rubricas, “Acordos de concessão” e “Imobilizações em curso – acordos de concessão”, proveniente dos bens registados em: Terrenos, Edifícios e outras construções, Equipamento básico, Reversão de consumos para gás natural e respectivos Imobilizações em curso que estão nas condições requeridas.
- Os subsídios atribuídos ao Grupo, a fundo perdido, por organismos governamentais para financiamento de activos tangíveis e intangíveis passaram a ser registados como proveito diferido no passivo, e reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados, como proveito operacional do exercício, proporcionalmente às amortizações respectivas dos activos subsidiados. O valor líquido a 31 de Dezembro de 2009 foi objecto de um acréscimo de mEuros 271.582, correspondendo a um aumento dos activos brutos e de amortizações acumuladas de mEuros 436.233 e mEuros 164.651 respectivamente.

Os activos tangíveis e os intangíveis estão registados de acordo com as políticas contabilísticas definidas pelo Grupo e que se encontra descrita no Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009 (Nota 2.3 e 2.4).

Principais incidências durante o período findo em 31 de Março de 2010:

Os aumentos do primeiro trimestre de 2010, verificados nas rubricas de activos tangíveis e intangíveis, no montante de mEuros 235.758 incluem essencialmente:

Relativamente ao segmento de Gás e Power as principais variações do trimestre ao nível do activo bruto nas rubricas de activos tangíveis e intangíveis foram como segue:

- mEuros 5.259 relativos à construção das Centrais de Cogeração do Porto;
- Aumento de mEuros 3.807 na empresa LisboaGás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., referentes a redes, ramais, contadores, outras infra-estruturas e reconversões de consumo para gás natural;
- Aumento de mEuros 3.640, na empresa Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A., referentes a redes, ramais, contadores, outras infra-estruturas e reconversões de consumo para gás natural.

Relativamente ao segmento de Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos as principais variações do trimestre nas rubricas de activos fixos tangíveis e intangíveis foram como segue:

- Aumento de custos em pesquisa em blocos operados e não operados no Brasil no montante de mEuros 49.318;
- Aumento de custos de exploração e desenvolvimento da actividade de exploração de petróleo bruto em Angola no Bloco 32, Bloco 33, Bloco 14 e Bloco 14 k nos montantes de mEuros 2.257, mEuros 63, mEuros 22.810 e mEuros 100, respectivamente e em Moçambique Bloco Rovuma no montante de mEuros 172 e Blocos de Gás no montante de 2.595;
- mEuros 43.866 relativos a adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas referentes a facturação da conversão na refinaria de Sines;
- mEuros 4.529 relativos a investimentos nas refinarias de Sines e Porto, mEuros 52.288 e mEuros 31.007 relativos a projectos de conversão nas refinarias de Sines e do Porto respectivamente;
- mEuros 3.380 relativos essencialmente à modernização de equipamentos de postos de abastecimento, lojas de conveniência, expansão de actividade e desenvolvimento do sistema de informação.

Foram ainda abatidos e alienados bens de natureza tangível e intangível nos montantes de mEuros 117 e mEuros 1.195 respectivamente, os quais se encontravam na sua maioria totalmente amortizados, como consequência da actualização do cadastro de activos fixos.

A repartição dos activos tangíveis e intangíveis em curso (incluindo adiantamentos por conta de activos tangíveis e intangíveis, em 31 de Março de 2010, é composto como se segue:

Informação trimestral consolidada – Primeiro trimestre 2010

	Activo
Projectos de conversão das refinarias de Sines e do Porto	430.726
Pesquisa e exploração de petróleo no Brasil	268.912
Pesquisa e exploração de petróleo em Angola	168.914
Investimentos industriais afectos às Refinarias	122.646
Renovação e expansão da rede	45.597
Centrais de cogeração nas refinarias de Sines e do Porto	23.632
Outras pesquisas na costa portuguesa, Moçambique e Timor	20.733
Central de ciclo combinado - Sines	11.263
Armazenagem subterrânea de gás natural	11.254
Pesquisa de gás em Angola e Guiné	10.448
Construção de navio	6.892
Substituição dos braços de carga do terminal e tubagens do Porto Leixões	4.520
Outros projectos	37.433
	<u>1.162.970</u>

13. SUBSÍDIOS

Em 31 de Março de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009, os valores recebidos e por receber de subsídios era o seguinte:

Programa	Valor recebido		Por receber	
	Março 2010	Dezembro 2009	Março 2010	Dezembro 2009
Programa Energia	114.919	114.919	-	-
Interreg II	19.176	19.176	-	-
Protede	19.708	19.708	-	-
Programa Operacional Economia	227.953	226.411	1	1
Dessulfuração de Sines	39.513	39.513	-	-
Dessulfuração do Porto	35.307	35.307	-	-
Outros	19.479	19.479	2.242	-
Total	<u>476.055</u>	<u>474.513</u>	<u>2.243</u>	<u>1</u>

Até 31 de Março de 2010 foram recebidos subsídios ao investimento no montante de mEuros 1.542, que têm origem no programa de incentivos à expansão da rede de gás natural.

Do montante de mEuros 2.243 subsídios por receber que se encontra registado na rubrica de outras contas a receber, mEuros 2.242 é referente a compensações à exploração atribuídas perlo Governo de Moçambique, pelo facto da tabela de preços de combustíveis estar desajustada dos preços reais (Nota 14).

Informação trimestral consolidada – Primeiro trimestre 2010

14. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A rubrica de outras contas a receber não correntes e correntes apresentava o seguinte detalhe em 31 de Março de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009:

Rubricas	Março 2010		Dezembro 2009	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Estado e outros entes públicos:				
IRC - Pagamentos especiais por conta	21	-	317	-
IVA - Reembolsos solicitados	12.554	-	7.586	-
Outros	3.277	-	1.649	-
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	108.877	-	84.015	-
Underlifting - parceiros do Bloco 14	36.537	-	9.939	-
Adiantamentos a fornecedores	31.727	-	33.565	-
Imposto sobre produtos petrolíferos ("ISP")	18.375	-	22.237	-
Outras contas a receber - emp. associadas e emp. conjuntamente controladas, relacionadas e participadas	13.465	12.379	11.822	12.237
Meios de pagamento	7.899	-	5.910	-
Pessoal	2.829	-	2.734	-
Processo Spanish Bitumen	2.568	-	2.568	-
Fundo de pensões recuperação de desembolsos	2.334	-	2.230	-
Subsídios a receber (Nota 13)	2.243	-	1	-
Contas a receber do consórcio do bloco 14 em Angola (excesso de "profit-oil" a receber)	1.674	-	1.566	-
Empréstimos a emp. associadas e emp. conjuntamente controladas, relacionadas e participadas	1.550	45.560	130	42.335
Adiantamento ao operador Petrobrás	1.248	-	2.165	-
Empréstimos a clientes	532	2.148	538	2.148
Contrato de cessão de direitos de utilização de infra-estruturas de telecomunicações	287	-	287	-
Outras contas a receber	63.964	20.469	81.543	11.115
	311.961	80.556	270.802	67.835
Acréscimos de proveitos:				
Acerto desvio tarifário - tarifa de energia	76.069	-	69.170	-
Vendas e prestações de serviços realizadas e não facturadas	75.378	-	73.735	-
Venda de produtos acabados a facturar na rede de postos de abastecimento	41.687	-	9.262	-
Acertos de desvio tarifário - proveitos permitidos - regulação ERSE	36.302	-	38.657	-
Indemnizações a receber	11.773	-	16.586	-
Encargos de estrutura e gestão a debitar	7.724	-	6.221	-
Juros a receber	979	-	208	-
Compensações pela uniformidade tarifária	534	-	475	-
Rappel a receber sobre compras	338	-	750	-
Outros acréscimos de proveitos	32.860	-	24.348	-
	283.644	-	239.412	-
Custos diferidos:				
Despesa relativas a contratos de concessão de áreas de serviço	42.930	-	43.290	-
Seguros pagos antecipadamente	11.656	-	344	-
Juros e outros encargos financeiros	8.332	-	8.899	-
Custos com catalizadores	3.780	-	4.310	-
Encargos com rendas pagas antecipadamente	2.148	-	194	-
Benefícios de reforma	-	28.723	-	30.839
Outros custos diferidos	17.177	-	10.671	-
	86.023	28.723	67.708	30.839
	681.628	109.279	577.922	98.674
Imparidade de outras contas a receber	(7.165)	-	(6.227)	-
	674.463	109.279	571.695	98.674

Seguidamente apresenta-se o movimento ocorrido durante o ano de 2010 na rubrica de imparidades de outras contas a receber:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Regularizações	Saldo final
Outras contas a receber	6.227	34	(94)	998	7.165

O aumento e diminuição da rubrica de imparidades de outras contas a receber no montante líquido negativo de mEuros 60 foi reconhecido na rubrica de provisões e imparidades de contas a receber (Nota 6).

Informação trimestral consolidada – Primeiro trimestre 2010

O aumento significativo na rubrica de adiantamento a fornecedores de imobilizado corresponde essencialmente aos adiantamentos pagos ao operador Petrobrás - Petróleo Brasileiro, S.A., para fazer face ao investimento em pesquisa nos Blocos localizados no Brasil.

O montante de mEuros 31.727 na rubrica adiantamento a fornecedores inclui: i) mEuros 11.541 de pagamentos ao Grupo ExxonMobil para a compra de lubrificantes no âmbito dos acordos relativos à aquisição das operações deste Grupo em Portugal e Espanha; ii) mEuros 3.350 de pagamentos ao Grupo Ren.

O montante de mEuros 18.375 na rubrica de outras contas a receber - ISP refere-se ao montante a receber da Alfândega relativo à isenção de ISP para os biocombustíveis que se encontram em regime de suspensão de imposto conforme circular n.º 79/2005 de 6 de Dezembro.

A rubrica de meios de pagamento no montante de mEuros 7.899 diz respeito a valores a receber por vendas efectuadas através de cartões visa/multibanco, que à data de 31 de Março de 2010 se encontravam pendentes de recebimento.

Os empréstimos não correntes a empresas associadas respeitam essencialmente a empréstimos de financiamento concedidos pelas subsidiárias:

- Galp Gás Natural, S.A., aos Gasodutos Al-Andaluz e Extremadura nos montantes de mEuros 9.467 e mEuros 4.749, respectivamente. Os juros relativos aos empréstimos acima referidos no período findo em 31 de Março de 2010, ascendem a mEuros 62, sendo mEuros 41 relativos ao Gasoduto Al-Andaluz e mEuros 21 relativos ao Gasoduto Extremadura e encontram-se capitalizados nesta rubrica.
- GDP Gás de Portugal, SGPS, S.A., à Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. e à Tagusgás - Empresa Gás do Vale do Tejo, S.A. nos montantes de mEuros 8.687 e mEuros 3.281 respectivamente. Os juros relativos aos empréstimos acima referidos no período findo em 31 de Março de 2010, ascendem a mEuros 139 dos quais mEuros 80 relativos a Setgás e mEuros 59 relativos à Tagusgás, e encontram-se capitalizados nesta rubrica.
- Galp Power, SGPS, S.A. à Energin - Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A., ao Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda. e à Ventinveste, S.A. nos montantes de mEuros 7.759, mEuros 3.367 e mEuros 5.365 respectivamente. Os juros relativos aos empréstimos acima referidos no período findo em 31 de Março de 2010 ascendem a mEuros 102, sendo mEuros 48 relativos à Energin e mEuros 54 relativos à Ventinveste.
- Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A., à Setgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A., no montante de mEuros 2.884. Os juros relativos aos empréstimos acima referidos no período findo em 31 de Março de 2010, ascendem a mEuros 27.

Estes empréstimos vencem juros à taxa normal de mercado e não têm prazo de reembolso definido.

O montante de mEuros 25.844 registado na rubrica outras contas a receber - empresas associadas e conjuntamente controladas, relacionadas e participadas corrente e não corrente refere-se a contas a receber de empresas que não foram consolidadas pelo método de consolidação integral.

A rubrica de outras contas a receber – fundo de pensões recuperação de desembolsos no montante de mEuros 2.334 diz respeito aos valores a receber do BPI Pensões pelos montantes de pensões processados e pagos pela subsidiária Petrogal aos seus reformados em Março e ainda não reembolsados pelo Fundo de Pensões.

Na rubrica outras contas a receber não corrente inclui o montante de mEuros 14.985 referente ao valor a receber da Gestmin, SGPS, S.A. pela compra da COMG – Comercialização de Gás, S.A. em 3 de Dezembro de 2016, é remunerado à taxa de juro Euribor a seis meses, acrescido de um “spread” de 3,12% ao ano.

A rubrica de acerto de desvio tarifário no montante de mEuros 76.069 diz respeito à diferença acumulada entre o custo de aquisição do gás natural aos fornecedores do Grupo e as tarifas de energia reguladas definidas pela ERSE, para o ano gás 2008-2009 e para o ano gás 2009-2010, aplicadas na facturação aos clientes, o qual será recuperado através da revisão de tarifas

Informação trimestral consolidada – Primeiro trimestre 2010

futuras. No período findo em 31 de Março de 2010, incluído no segundo semestre do ano gás 2009-2010 foi reconhecido na demonstração de resultados o montante de mEuros 6.899 (Nota 5) relativamente a este assunto.

A rubrica de acréscimos de proveitos - vendas ainda não facturadas refere-se essencialmente à facturação de consumo de gás natural a emitir a clientes no mês seguinte e corresponde essencialmente à facturação a emitir pela Galp Gás Natural, S.A., pela Lisboa Gás Comercialização, S.A. e pela Transgás, S.A., nos montantes de mEuros 39.021, mEuros 14.860 e mEuros 8.867, respectivamente.

A rubrica de acréscimos de proveitos – venda de produtos acabados a facturar na rede de postos de abastecimento, no montante de mEuros 41.687 diz respeito a consumos efectuados até 31 de Março de 2010 através do cartão Galp Frota e que irão ser facturados nos meses seguintes.

A rubrica de acréscimos de proveitos – indemnizações a receber no montante de mEuros 11.773 diz respeito à estimativa da indemnização do acidente ocorrido na central eléctrica da refinaria de Sines em Janeiro 2009.

As despesas registadas em custos diferidos relativas a pagamentos antecipados de rendas referentes a contratos de arrendamento de áreas de serviço são reconhecidas como custo durante o respectivo período de concessão, o qual varia entre 20 e 25 anos.

15. CLIENTES

A rubrica de clientes, em 31 de Março de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, apresentava o seguinte detalhe:

<u>RUBRICAS</u>	<u>Março 2010</u>	<u>Dezembro 2009</u>
Clientes conta corrente	928.612	750.850
Clientes de cobrança duvidosa	110.153	112.967
Clientes - títulos a receber	10.270	12.859
	<u>1.049.035</u>	<u>876.676</u>
Imparidades de contas a receber	<u>(98.004)</u>	<u>(98.292)</u>
	<u>951.031</u>	<u>778.384</u>

O movimento das imparidades e ajustamentos de clientes no período findo em 31 de Março de 2010 foi como segue:

<u>Rubricas</u>	<u>Saldo inicial</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Diminuições</u>	<u>Utilização</u>	<u>Regularizações</u>	<u>Saldo final</u>
Imparidade de contas a receber	<u>98.292</u>	<u>7.009</u>	<u>(4.632)</u>	<u>(2.596)</u>	<u>(69)</u>	<u>98.004</u>

O aumento e diminuição da rubrica de imparidades de contas a receber de clientes, que originou um custo líquido no montante de mEuros 2.377 foi reconhecido na rubrica de provisões e imparidades de contas a receber (Nota 6).

Informação trimestral consolidada – Primeiro trimestre 2010

16. INVENTÁRIOS

A rubrica de inventários apresentava o seguinte detalhe, em 31 de Março de 2010 e 31 de Dezembro de 2009:

<u>RUBRICAS</u>	<u>Março 2010</u>	<u>Dezembro 2009</u>
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:		
Petróleo bruto	188.657	192.227
Outras matérias-primas e materiais diversos	42.780	11.646
Matérias-primas em trânsito	102.969	115.893
	<u>334.406</u>	<u>319.766</u>
Ajustamentos de matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(7.702)	(6.506)
	<u>326.704</u>	<u>313.260</u>
Produtos acabados e intermédios:		
Produtos acabados	250.954	252.113
Produtos intermédios	279.661	265.130
Produtos acabados em trânsito	3.436	7.466
	<u>534.051</u>	<u>524.709</u>
Ajustamento de produtos acabados e intermédios	-	-
	<u>534.051</u>	<u>524.709</u>
Produtos e trabalhos em curso	<u>196</u>	<u>264</u>
Mercadorias	367.841	392.058
Mercadorias em trânsito	419	-
	<u>368.260</u>	<u>392.058</u>
Ajustamentos de mercadorias	(2.244)	(1.504)
	<u>366.016</u>	<u>390.554</u>
Adiantamento por conta de compras	46	46
	<u>1.227.013</u>	<u>1.228.833</u>

Em 31 de Março de 2010, a rubrica de mercadorias, no montante de mEuros 368.260, corresponde essencialmente ao gás natural que se encontra em gasodutos no montante de mEuros 52.497, a existências de produtos derivados de petróleo bruto da subsidiária Galp Energia España, S.A., Galp Distribución Oil España, Galp Distribuição Portugal, S.A., e o Grupo Galp Comercialización Oil España, S.L. nos montantes de mEuros 264.738, mEuros 9.980, mEuros 327 e mEuros 14.618 respectivamente.

Em 31 de Março de 2010, as responsabilidades do Grupo perante concorrentes por reservas estratégicas, que só poderão ser satisfeitas através da entrega de produtos, ascendiam a mEuros 139.383 e encontram-se registadas na rubrica adiantamentos por conta de vendas (Nota 24).

Em Novembro de 2004, a Petrogal em conjunto com a Petrogal Trading Limited celebraram um contrato de compra, venda e permuta de crude por produtos acabados para constituição de reservas estratégicas, com a Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos, EPE (EGREP) ao abrigo do previsto no Decreto - Lei n.º 339-D/2001, de Dezembro. No âmbito deste contrato celebrado em 2004, o crude adquirido pela EGREP, o qual não se encontra registado nas demonstrações financeiras do Grupo, encontra-se armazenado nas instalações da Petrogal, de uma forma não segregada e deverá permanecer armazenado de modo a que a EGREP o possa auditar, sempre que entender, em termos da sua quantidade e qualidade. De acordo com o referido contrato, a Petrogal obriga-se a permutar o crude vendido por produtos acabados quando a EGREP o exigir, recebendo por tal permuta um valor representativo da margem de refinação à data da permuta.

Informação trimestral consolidada – Primeiro trimestre 2010

No dia 17 de Dezembro de 2009, foi celebrado um contrato de compra e venda de 136.000 metros cúbicos de "Diesel 10ppm" com a Vitol, S.A.. O produto foi vendido pela Galp pelo valor de mEuros 47.913 a essa entidade, tendo sido registado consequentemente no Custo da Venda um montante de mEuros 49.188, resultante da aplicação do critério de valorimetria de saída de "stocks". Encontra-se assegurado contratualmente com a Vitol, S.A. que a mesma disponibilize as quantidades de stock por esta adquirida quando requerido por lei por forma a cumprir com motivos de força maior, estando este produto ou equivalente também situado em solo português por forma a dar cumprimento às reservas estratégicas da responsabilidade da Petrogal. No âmbito deste contrato a Petrogal terá de pagar uma compensação pela imobilização deste gasóleo em Portugal, recebendo em contrapartida uma compensação pela armazenagem nas suas instalações, importa ainda mencionar que o risco/ganho da valorização do stock deste produto é da responsabilidade da Vitol motivo pelo qual foi desreconhecido da demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2009.

17. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Março de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 a rubrica outros investimentos financeiros não correntes apresentava o seguinte detalhe:

<u>Rubricas</u>	<u>Março 2010</u>	<u>Dezembro 2009</u>
Derivados sobre Commodities (Nota 27)	305	300
Derivados sobre Taxa de Juro (Nota 27)	66	-
<u>Instrumentos Financeiros</u>	<u>371</u>	<u>300</u>
Outros Títulos e Investimentos	162	161
<u>Outros Investimentos Correntes</u>	<u>162</u>	<u>161</u>
	<u>533</u>	<u>461</u>

Em 31 de Março de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 a rubrica outros investimentos financeiros correntes apresentava o seguinte detalhe:

<u>Rubricas</u>	<u>Março 2010</u>	<u>Dezembro 2009</u>
Derivados sobre Commodities (Nota 27)	852	300
<u>Instrumentos Financeiros</u>	<u>852</u>	<u>300</u>
Acções em empresas Participadas	-	7
Depositos a prazo	1,886	1,414
Depósitos à ordem	-	82
<u>Outros Investimentos Correntes (Nota 18)</u>	<u>1,886</u>	<u>1,503</u>
	<u>2,738</u>	<u>1,803</u>

Em 31 de Março de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 os instrumentos financeiros encontram-se registados pelo seu justo valor respectivo reportado aquelas datas (Nota 27).

Informação trimestral consolidada – Primeiro trimestre 2010

18. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de Março de 2010 e em 31 de Março de 2009 a rubrica de caixa e seus equivalentes apresentava o seguinte detalhe:

Rubricas	Março 2010	Dezembro 2009	Março 2009
Numerário	10.495	8.773	7.945
Depósitos a Ordem	104.545	114.832	61.410
Depósitos a prazo	6.665	7.064	1.769
Outros títulos negociáveis	1.245	1.777	1.404
Outras aplicações de tesouraria	104.621	111.393	7.565
Caixa e seus equivalentes no balanço	227.571	243.839	80.093
Outros investimentos correntes (Nota 17)	1.886	1.503	1.818
Descobertos bancários (Nota 22)	(301.857)	(306.632)	(503.547)
Caixa e seus equivalentes na demonstração de fluxos de caixa	(72.400)	(61.290)	(421.636)

A rubrica de Outras aplicações de tesouraria inclui diversas aplicações de excedentes de tesouraria, com vencimento inferior a cinco meses, das seguintes Empresas do Grupo:

	Março 2010
Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.	41.917
Galp Energia, SGPS, S.A.	28.000
CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	16.395
Galp Gás Natural, S.A.	8.600
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda.	3.000
Galp Exploração Serviços Brasil, Lda.	2.827
Galp Energia España, S.A.	1.859
Cariço Cogeração - Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A.	975
Petrogal Brasil, Lda.	778
Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A.	270
	<u>104.621</u>

19. CAPITAL SOCIAL

Estrutura do Capital

A estrutura do capital social não sofreu alterações durante o primeiro trimestre de 2010. O capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 829.250.635 acções (Nota 10) de valor nominal de 1 Euro, e encontra-se subdividido nas seguintes categorias de acções:

Tipo de Acções	Março 2010	Dezembro 2009
Acções Tipo A	40.000.000	40.000.000
Acções Tipo B	789.250.635	789.250.635
Número total de acções	<u>829.250.635</u>	<u>829.250.635</u>

Às acções de categoria A estão associados alguns direitos especiais consagrados no art. 4 dos Estatutos da Galp Energia, SGPS, S.A., nomeadamente:

- A eleição do Presidente do Conselho de Administração só poderá ser aprovada com a maioria dos votos inerentes às acções de categoria A;
- Quaisquer deliberações que visem autorizar a celebração de contratos de grupo paritário ou de subordinação e ainda, quaisquer deliberações que, de algum modo, possam pôr em causa a segurança do abastecimento do país de petróleo,

Informação trimestral consolidada – Primeiro trimestre 2010

de gás e de electricidade, ou produtos derivados dos mesmos, não poderão ser aprovadas, nem em primeira, nem em segunda convocação, contra a maioria dos votos inerentes às acções de categoria A.

20. OUTRAS RESERVAS

Durante o período findo em 31 de Março de 2010, não ocorreram variações significativas nas Outras reservas face às demonstrações financeiras consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2009. Para esclarecimentos adicionais consultar as demonstrações consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2009 e o respectivo anexo.

21. INTERESSES MINORITÁRIOS

Durante o período findo em 31 de Março de 2010, não ocorreram variações significativas na rubrica de Interesses minoritários, face às demonstrações financeiras consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2009. Para esclarecimentos adicionais consultar as demonstrações consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2009 e o respectivo anexo.

22. EMPRÉSTIMOS

Detalhe dos empréstimos

Em 31 de Março de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 os empréstimos obtidos detalham-se, como se segue:

	Março 2010		Dezembro 2009	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários:				
Empréstimos internos	74.529	655.073	80.784	556.374
Empréstimos externos	26.981	683.359	26.777	491.235
Descobertos bancários (Nota 18)	301.857	-	306.632	-
Desconto de letras	7.785	-	7.841	-
	<u>411.152</u>	<u>1.338.432</u>	<u>422.034</u>	<u>1.047.609</u>
Outros empréstimos obtidos:				
IAPMEI	119	15	239	16
	<u>411.271</u>	<u>1.338.447</u>	<u>422.273</u>	<u>1.047.625</u>
Project Finance Fees	-	(491)	-	(511)
	<u>411.271</u>	<u>1.337.956</u>	<u>422.273</u>	<u>1.047.114</u>
Empréstimos por obrigações:				
Emissão de 1998 - Lisboagás, S.A.	-	-	1.369	-
Emissão de 2009 - Galp Energia, SGPS, S.A.	-	700.000	-	700.000
	<u>-</u>	<u>700.000</u>	<u>1.369</u>	<u>700.000</u>
	<u>411.271</u>	<u>2.037.956</u>	<u>423.642</u>	<u>1.747.114</u>

Os empréstimos não correntes, excluindo project finance fees, em 31 de Março de 2010 apresentavam o seguinte plano de reembolso previsto:

2011	401.006
2012	510.464
2013	458.847
2014	48.361
2015	68.733
2016 e seguintes	551.036
	<u>2.038.447</u>

Informação trimestral consolidada – Primeiro trimestre 2010

Em 31 de Março de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 a totalidade dos empréstimos internos e externos obtidos encontram-se expressos nas seguintes moedas como segue:

Divisa	Março 2010		Dezembro 2009		
	Montante Global	Montante em Dívida (mEuros)	Montante Global	Montante em Dívida (mEuros)	
Dólares dos Estados Unidos da América	USD	3.020	890	3.176	945
Euros	EUR	1.583.437	1.437.044	1.284.991	1.151.762
Franco de Cabo Verde	CFA	229.585	70	229.585	93
Lilangeni Suazi	SZL	658	66	731	69
Meticais	MZM	63.552	1.477	96.413	2.301
			<u>1.439.942</u>		<u>1.155.170</u>

As taxas de juro médias dos empréstimos e descobertos bancários suportadas pela empresa incluindo comissões e outros encargos no ano de 2010 e 2009 foram 3,19% e 3,80% respectivamente.

Caracterização dos principais empréstimos

Empréstimos bancários

Em 31 de Março de 2010, o Grupo tem contratado programas de papel comercial com tomada firme no montante total de mEuros 1.100.000, que se dividem em mEuros 650.000 de médio e longo prazo e mEuros 450.000 de curto prazo. Destes montantes estão utilizados mEuros 200.000 no médio e longo prazo, dado ser intenção do Grupo manter este financiamento até 2012, e de apenas depender de si a respectiva renovação.

Estes empréstimos são remunerados à taxa Euribor para o prazo de emissão respectivo em vigor no segundo dia útil anterior à data de subscrição, adicionada de “spreads” variáveis definidos nas condições contratuais dos programas de papel comercial subscritos pelo Grupo. A taxa de juro referida incide sobre o montante de cada emissão e mantém inalterada durante o respectivo prazo de emissão.

Adicionalmente, o Grupo tem registado em empréstimos internos a médio e longo prazo o montante de mEuros 455.073, realizados nomeadamente pelas empresas Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A., Sucursal en España, CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A. e Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A..

O Grupo contraiu um empréstimo, de médio e longo prazo, com o Banco Europeu de Investimento, destinado exclusivamente à concretização de um projecto de construção e exploração de uma instalação de cogeração na refinaria de Sines, no montante de mEuros 58.000. O empréstimo foi desembolsado em duas tranches, mEuros 39.000 e mEuros 19.000, que são remuneradas, respectivamente, à taxa de juro Euribor a seis meses, acrescido de um “spread” variável e à taxa fixa revisível.

Durante o exercício de 2008, o Grupo contraiu um novo empréstimo, de médio e longo prazo, com o Banco Europeu de Investimento, destinado exclusivamente à concretização de um projecto de construção e exploração de uma instalação de cogeração na refinaria do Porto, no montante de mEuros 50.000. O empréstimo é remunerado ao regime de taxa fixa revisível.

O Grupo contraiu um empréstimo, de médio e longo prazo, com o Banco Europeu de Investimento, o qual se destina ao projecto de conversão das refinarias de Sines e do Porto, no montante de mEuros 500.000. O empréstimo foi desembolsado em duas tranches, mEuros 300.000 e mEuros 200.000, com o prazo de vencimento de dezasseis anos, incluindo três de carência de capital e treze de reembolso.

Informação trimestral consolidada – Primeiro trimestre 2010

Estes financiamentos com o Banco Europeu de Investimento, com exceção da tranche de mEuros 200.000, são garantidos através de contratos de garantia celebrados com a Petrogal, S.A..

Os restantes financiamentos com o Banco Europeu de Investimento, no montante de mEuros 300.689, são garantidos por Sindicatos Bancários.

A Petrogal emitiu cartas de conforto perante terceiros a favor de empresas do grupo e associadas, relativas a linhas de crédito de curto prazo no montante total de mEuros 520.361.

Empréstimos obrigacionistas

Emissão de 2009 – Galp Energia, SGPS, S.A.

Em 13 de Maio de 2009 a Galp Energia, SGPS, S.A., procedeu à emissão de um empréstimo obrigacionista, por subscrição particular, no montante de mEuros 700.000, destinado ao financiamento do seu plano de investimentos. O empréstimo obrigacionista é remunerado à taxa de juro Euribor a seis meses, acrescido de um spread variável, e com o reembolso previsto de 40% em 20 de Maio de 2012 e 60% em 20 de Maio de 2013.

A emissão foi organizada pelo Banco Santander Totta, S.A. e pela Caixa – Banco de Investimento, S.A..

A emissão foi participada por um conjunto de catorze bancos, nacionais e internacionais: Banco Santander Totta, S.A., o Caixa – Banco de Investimento, S.A., o Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., o Banco BPI, S.A., o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), S.A., o BNP Paribas e a Caixa d'Estalvis y Pensiones de Barcelona (la Caixa) na qualidade de Joint Lead Managers. Como Co-lead Managers: a Caixa Económica Montepio Geral, o Banco Millennium BCP Investimento, S.A., o BB Securities Ltd. (Banco do Brasil), o The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd, o Banco Itaú Europa, S.A. – Sucursal Financeira Internacional, o Merrill Lynch International e a Société Générale.

23. RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS

Durante o período findo em 31 de Março de 2010, não ocorreram variações significativas na rubrica de Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios, face às demonstrações financeiras consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2009. Para esclarecimentos adicionais consultar as demonstrações consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2009 e o respectivo anexo.

Outros benefícios de reforma – cuidados de saúde, seguro de vida e benefício mínimo do plano de contribuição definida (invalidez e sobrevivência)

Durante o período findo em 31 de Março de 2010, não ocorreram variações significativas na rubrica de Outros benefícios de reforma, face às demonstrações financeiras consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2009. Para esclarecimentos adicionais consultar as demonstrações consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2009 e o respectivo anexo.

Informação trimestral consolidada – Primeiro trimestre 2010

24. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Março de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 a rubrica outras contas a pagar não correntes e correntes pode ser detalhada como segue:

Rubricas	Março 2010		Dezembro 2009	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Estado e outros entes públicos:				
ISP - Imposto sobre Produtos Petrolíferos	120.511	-	128.073	-
IVA a pagar	147.057	-	131.102	-
Outras tributações	9.881	-	8.622	-
Segurança social	5.483	-	5.870	-
IRS retenções efectuadas a terceiros	4.362	-	4.710	-
Fornecedores de imobilizado	282.007	50.977	274.923	56.714
Adiantamentos por conta de vendas (Nota 16)	139.383	-	170.126	-
Adiantamentos de clientes	16.292	-	1.206	-
Depósito de cauções e garantias recebidas	15.065	-	15.164	-
Overlifting - parceiros dos Blocos 1 e 14	13.521	-	34.301	-
Pessoal	11.035	-	6.004	-
Outras contas a pagar - Empresas associadas, participadas e relacionadas	4.294	-	5.756	-
Saldos credores de clientes	4.050	-	3.899	-
Outras contas a pagar - Outros accionistas	246	-	358	-
Empréstimos - Empresas associadas, participadas e relacionadas	-	2.903	-	2.902
Empréstimos - Outros accionistas	-	5.093	-	5.094
Outros credores	21.444	3.999	21.876	4.006
	<u>794.631</u>	<u>62.972</u>	<u>811.990</u>	<u>68.716</u>
Acréscimos de custos:				
Fornecimentos e serviços externos	75.560	-	37.788	-
Férias, subsídio de férias e respectivos encargos	34.883	-	26.881	-
Juros a liquidar	20.457	-	10.463	-
Acerto de desvio tarifário - proveitos permitidos - regulação ERSE	14.839	-	12.771	-
Descontos, bónus e rappel relacionados com vendas	4.613	-	5.907	-
Brindes Fastgalp	4.491	-	4.693	-
Prémios de produtividade	2.955	-	55	-
Custos e perdas financeiros	932	-	1.116	-
Acréscimos de custos com pessoal - outros	83	-	80	-
Prémios de seguro a liquidar	1.425	-	1.387	-
Outros acréscimos de custos	9.120	-	10.495	-
	<u>169.358</u>	<u>-</u>	<u>111.636</u>	<u>-</u>
Proveitos diferidos:				
Prestação de Serviços	34.445	-	22.803	-
Fibra óptica	4.659	36.288	4.263	37.849
Subsídios ao Investimento	-	270.408	-	271.582 (a)
Outros	10.792	3.288	10.626	3.348
	<u>49.896</u>	<u>309.984</u>	<u>37.692</u>	<u>312.779</u>
	<u>1.013.885</u>	<u>372.956</u>	<u>961.318</u>	<u>381.495</u>

(a) Este montante foi reexpresso tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.1.

A rubrica de Adiantamentos por conta de vendas, no montante de mEuros 139.383, é relativa a responsabilidades do Grupo perante concorrentes por reservas estratégicas (Nota 16).

O montante de mEuros 15.065, registado na rubrica de Depósitos de cauções e garantias recebidas, inclui mEuros 13.832 referente à responsabilidade da Petrogal em 31 de Março de 2010, por cauções recebidas pela cedência de garrafas de gás, foram registadas ao valor de aquisição o qual corresponde aproximadamente ao seu justo valor.

O montante de mEuros 13.521 registado na rubrica de Outras contas a pagar – Overlifting – parceiros dos Blocos 1 e 14, corresponde à responsabilidade do Grupo pelo levantamento de barris de crude em excesso face à sua quota de produção e encontra-se valorizada conforme descrito no Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009 (Nota 2.7 e)).

Informação trimestral consolidada – Primeiro trimestre 2010

O montante de mEuros 5.093 registado na rubrica de Empréstimos - Outros accionista refere-se essencialmente a:

- mEuros 1.009, mEuros 1.009 e mEuros 505 registado a médio e longo prazo a pagar à E.E.M. - Empresa de Electricidade da Madeira, S.A., à Procomlog - Combustíveis e Logística, Lda e à AIE - Atlantic Island Electricity (Madeira) Produção, Transporte e Distribuição de Energia, S.A., dizem respeito a suprimentos obtidos pela subsidiária CLCM - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, Lda., os quais vencem juros à taxa de mercado e não têm prazo de reembolso definido;
- mEuros 1.060 registado a médio e longo prazo a pagar à EDP Cogeração, S.A. relativamente a suprimentos obtidos pela subsidiária Carriço Cogeração - Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não têm prazo de reembolso definido;
- O montante de mEuros 263 registado a médio e longo prazo a pagar à Companhia Finerge - Gestão de Projectos Energéticos, S.A. relativamente a suprimentos obtidos pela subsidiária Powercer - Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não possuem prazo de reembolso definido;
- O montante de mEuros 1.247, registado a médio e longo prazo a pagar à Visabeira Telecomunicações, SGPS, S.A., dizem respeito a suprimentos obtidos pela subsidiária Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não têm prazo de reembolso definido.

O montante de mEuros 4.491 registado na rubrica de acréscimos de custos - Brindes Fastgalp refere-se às responsabilidades da Petrogal face aos pontos emitidos e não rebatidos até 31 de Março de 2010, referentes ao Cartão Fast Galp, e que se prevê que venham a ser trocados por prémios nos períodos seguintes.

Os proveitos decorrentes do contrato de cessão de direitos de utilização de infra-estruturas de telecomunicações encontram-se diferidos na rubrica Proveitos diferidos – Fibra óptica são reconhecidos em resultados durante o período do contrato. O saldo de proveitos diferidos em 31 de Março de 2010, por reconhecer em exercícios futuros ascende a mEuros 40.947.

Os subsídios ao investimento encontram-se diferidos na rubrica de proveitos diferidos – Subsídios ao investimento são reconhecidos em resultados durante a vida útil dos bens. O montante a reconhecer em períodos futuros ascende a mEuros 270.408 (Nota 2.1).

25. PROVISÕES

Em 31 de Março de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 a rubrica de provisões apresentava o seguinte detalhe:

Rubricas	Março 2010	Dezembro 2009
Processos judiciais	11.808	14.900
Investimentos financeiros	491	484
Impostos	21.190	24.822
Meio ambiente	4.550	4.625
Outros riscos e encargos	117.402	108.413
	<u>155.441</u>	<u>153.244</u>

O total de aumentos e reversões de provisões, no montante de mEuros 9.318 (Nota 6) refere-se essencialmente:

- mEuros 8.387 relativos à revisão de preços de compra e de venda de gás (Nota 6);
- mEuros 1.649 referentes ao reforço da provisão para custos de abandono do Bloco 14 que é estimada através da aplicação à estimativa dos custos totais de abandono, do coeficiente calculado pela proporção do volume de produção verificada em cada período de amortização, sobre o volume de reservas provadas totais no final desse período adicionadas da produção do período;
- mEuros 1.623 relativos a reversões de provisões de processos judiciais.

Informação trimestral consolidada – Primeiro trimestre 2010

26. FORNECEDORES

Em 31 de Março de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 a rubrica Fornecedores apresentava o seguinte detalhe:

	<u>Março 2010</u>	<u>Dezembro 2009</u>
Fornecedores c/c	516.203	414.560
Fornecedores - facturas em recepção e conferência	576.679	706.985
Fornecedores - títulos a pagar	15	29
	<u>1.092.897</u>	<u>1.121.574</u>

Os saldos das contas a pagar a fornecedores – facturas em recepção e conferência, correspondem essencialmente às compras de matérias-primas de petróleo bruto, gás natural e de mercadorias em trânsito àquelas datas.

27. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS – DERIVADOS FINANCEIROS

É política do Grupo utilizar derivados financeiros para cobrir riscos de taxas de juro e riscos de flutuação da margem de refinação, nomeadamente aos riscos de variação do preço de petróleo bruto, produtos acabados e margens de refinação, os quais afectam o valor financeiro dos activos e dos “cash-flows” futuros esperados da sua actividade.

Adicionalmente, o Grupo encontra-se exposto a riscos de flutuação de mercado, nomeadamente aos riscos de variação do preço de petróleo bruto, produtos acabados e margens de refinação, os quais afectam o valor financeiro dos activos, e dos “cash-flows” futuros esperados da sua actividade.

Abaixo é apresentado os movimentos ocorridos de Justo Valor no Capital Próprio:

<u>Variação de Justo Valor nos capitais Próprios</u>	<u>Março 2010</u>	<u>Março 2009</u>
Variação de Justo Valor em empresas subsidiárias	(563)	(7.079)
Variação de Justo Valor nos Interesses Minoritários	(33)	117
	<u>(596)</u>	<u>(6.962)</u>
Variação de Justo Valor recorrente da participação em empresas associadas	55	(521)

Os instrumentos financeiros derivados em carteira, durante o ano de 2010 e 2009, apresentam as seguintes evoluções:

Informação trimestral consolidada – Primeiro trimestre 2010

Derivados sobre Taxa de Juro	Activo		Passivo	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Justo valor em 1 de Janeiro de 2009	-	-	(3.013)	(12)
Aquisições durante o período	-	-	-	-
Pagamento/(Recebimento) de Juros durante o período	-	-	10	13
Recebimento/(Pagamento) de Juros reflectido em resultados	-	-	(10)	(13)
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	-	-	-	12
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no Capital próprio	-	-	(6.927)	(152)
Justo valor em 31 de Março de 2009	-	-	(9.940)	(152)
Justo valor em 1 de Janeiro de 2010	-	-	(9.295)	(240)
Aquisições durante o período	-	-	(1)	-
Pagamento/(Recebimento) de Juros durante o período	-	-	(709)	81
Recebimento/(Pagamento) de Juros reflectido em resultados	-	-	709	(81)
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	66	-	-	-
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no Capital próprio	-	-	(708)	145
Justo valor em 31 de Março de 2010	66	-	(10.004)	(95)

Os juros suportados e obtidos com os derivados de taxa de juro estão classificados nas rubricas de Proveitos e Custos Financeiros.

O impacto contabilístico a 31 de Março de 2010 e a 31 de Março de 2009 na rubrica do Custo da Venda pode ser visualizado no quadro seguinte:

Derivados sobre Commodities	Activo		Passivo	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Justo valor em 1 de Janeiro de 2009	-	114	-	(1.491)
Aquisições durante o período	-	-	-	-
Alienações durante o período	-	180	-	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	-	(180)	-	-
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	-	(114)	-	(277)
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no Capital próprio	-	-	-	-
Justo valor em 31 de Março de 2009	-	-	-	(1.768)
Justo valor em 1 de Janeiro de 2010	300	300	-	-
Aquisições durante o período	-	-	-	-
Alienações durante o período	-	96	-	144
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	-	(96)	-	(144)
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido em resultados	5	552	-	(40)
Aumento/(diminuição) no justo valor reflectido no Capital próprio	-	-	-	-
Justo valor em 31 de Março de 2010 (Nota 17)	305	852	-	(40)

Informação trimestral consolidada – Primeiro trimestre 2010

O Grupo Galp Energia transacciona igualmente uma característica de instrumentos financeiros denominados como futuros sobre commodities. Devido a sua elevada liquidez, pelo facto de serem transaccionados em Bolsa, os mesmos encontram-se classificados como parte integrante da rubrica de disponibilidades. Os ganhos e perdas com os futuros sobre commodities estão classificados na rubrica de Custo das Vendas. Como os futuros são transaccionados em Bolsa, sujeitos à Câmara de Compensação, os ganhos e perdas são registados de forma contínua na Demonstração de Resultados, conforme quadro seguinte:

Futuros sobre Commodities	Activo		Passivo	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Justo valor em 1 de Janeiro de 2009	-	460	-	-
Aquisições durante o período	-	19.853	-	-
Alienações durante o período	-	(17.432)	-	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	-	2.815	-	-
Justo valor em 31 de Março de 2009	-	5.696	-	-
Justo valor em 1 de Janeiro de 2010	-	1.378	-	-
Aquisições durante o período	-	11.595	-	-
Alienações durante o período	-	(9.406)	-	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados	-	(2.742)	-	-
Justo valor em 31 de Março de 2010	-	825	-	-

Durante o primeiro trimestre de 2010, a Galp Power, S.A. adquiriu 540 lotes de Futuros sobre CO2 com vencimento a Dezembro de 2010. Estes Futuros sobre CO2 representam 540.000 toneladas/CO2 com uma valorização e registo contabilístico a 31 de Março de 2010 no montante de mEuros 415 e classificados como activos financeiros ao justo valor por resultados - detidos para negociação. Os ganhos e perdas com estes Futuros sobre CO2, ascendem a mEuros 107 positivos e estão classificados em Resultados financeiros. Como os futuros são transaccionados em Bolsa, sujeitos à Câmara de Compensação, os ganhos e perdas são registados de forma contínua na Demonstração de Resultados, devido a sua elevada liquidez, pelo facto de serem transaccionados em Bolsa, os mesmos encontram-se classificados como parte integrante da rubrica de disponibilidades.

Futuros sobre CO2	Activo		Passivo	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Justo valor em 1 de Janeiro de 2009	-	-	-	-
Aquisições durante o período	-	-	-	-
Alienações durante o período	-	-	-	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados financeiros	-	-	-	-
Justo valor em 31 de Março de 2009	-	-	-	-
Justo valor em 1 de Janeiro de 2010	-	396	-	-
Aquisições durante o período	-	190	-	-
Alienações durante o período	-	(278)	-	-
Aumento/(diminuição) na venda reflectido em resultados financeiros	-	107	-	-
Justo valor em 31 de Março de 2010	-	415	-	-

Informação trimestral consolidada – Primeiro trimestre 2010

Os instrumentos financeiros a 31 de Março de 2010 apresentam as seguintes características:

Tipo de Derivado de Taxa de Juro	Taxa de Juro	Valor Nominal	Maturidade	Justo valor de derivados em mEuros
Passivo				
Cobertura de Fluxo de Caixa				
Collar	Paga entre 3,25% e 1,75% Recebe Euribor 6m	mEur 12.645	2010	(69)
Caps	Paga Cap de 3,25% Recebe entre Euribor 6m	mEUR 4.215	2010	(21)
Cap com "Knock out"	Paga Euribor 12m com Cap 3,49% com knock-out 5,25% Recebe Euribor 3m	mEUR 5.180	2010	(14)
Swaps de taxa de juro	Paga entre 3,16% e 6,24% Recebe entre Euribor 3m e 6m	mEUR 317.415	2010 a 2013	(9.994)
Cobertura de Justo Valor				
Swap de taxa de juro	Paga Euribor 6m Recebe 3,438%	mEur 30.000	2013	66
				(10.032)
Tipo de Derivado sobre Commodities	Características		Maturidade	Justo valor de derivados em mEuros
Activo				
Swaps	Gás Natural		2010-2013	1.157
Swaps	Gás Natural		2010	(41)
				1.116
Total de Activos				1.223
Não correntes				371
Correntes				852
Total de Passivos				(10.139)
Não correntes				(10.004)
Correntes				(135)

Os derivados financeiros são denominados, segundo as normas IAS/IFRS, como “activos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos”. Os derivados financeiros sobre taxa de juro que são contraídos para fins de cobertura da variação de taxa de juro de empréstimos são denominados como sendo de “cobertura de fluxo de caixa”. Os derivados financeiros sobre taxa de juro que são contraídos para fins de cobertura da variabilidade do justo valor dos empréstimos são denominados como sendo de “cobertura de justo valor”.

O justo valor dos mesmos foi determinado por entidades bancárias tendo por base modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites.

28. ENTIDADES RELACIONADAS

Durante o período findo em 31 de Março de 2010, não ocorreram variações significativas nas Entidades relacionadas, face às demonstrações financeiras consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2009. Para esclarecimentos adicionais consultar as demonstrações consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2009 e o respectivo anexo.

29. REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

A remuneração dos Administradores da Galp Energia para os trimestres findos em 31 de Março de 2010 e 2009 compõe-se como segue (Nota 6):

	Março 2010	Março 2009
Remunerações base	1.008	991
Gratificações e prémios	63	-
Plano de contribuição para fundo de pensões	136	137
Outros benefícios	80	80
	<u>1.287</u>	<u>1.208</u>

As remunerações pagas aos administradores da Galp Energia designados pelos accionistas ENI, S.P.A. e Amorim Energia, B.V., estão incluídas na rubrica de fornecimentos e serviços externos. Em 31 de Março de 2010 e 2009 ascendem a mEuros 515 e mEuros 730 respectivamente.

Ao abrigo da política actualmente adoptada, a remuneração dos administradores da Galp Energia inclui todas as remunerações devidas pelo exercício de cargos em sociedades do Grupo.

30. DIVIDENDOS

No primeiro trimestre de 2010 não houve dividendos antecipados.

31. RESERVAS PETROLÍFERAS

Durante o período findo em 31 de Março de 2010, não ocorreram variações significativas na Reservas petrolíferas, face às demonstrações financeiras consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2009. Para esclarecimentos adicionais consultar as demonstrações consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2009 e o respectivo anexo.

32. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Durante o período findo em 31 de Março de 2010, não ocorreram variações significativas na Gestão de riscos financeiros, face às demonstrações financeiras consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2009. Para esclarecimentos adicionais consultar as demonstrações consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2009 e o respectivo anexo.

33. ACTIVOS E RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

Durante o primeiro trimestre de 2010, não ocorreram variações significativas nos Activos e responsabilidades contingentes, face ao apresentado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009. Para esclarecimentos adicionais consultar as demonstrações consolidadas da Empresa, em 31 de Dezembro de 2009 e o respectivo anexo.

34. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

Durante o primeiro trimestre de 2010, a Galp Power, S.A. adquiriu 540 lotes de Futuros sobre CO2 com vencimento a Dezembro de 2010 (vide Nota 27). Estes Futuros sobre CO2 representam 540.000 toneladas/CO2.

Para restantes informações sobre matérias ambientais, consultar o anexo às demonstrações consolidadas da Empresa a 31 de Dezembro de 2009.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Deliberações da Assembleia Geral Anual de Accionistas

A Assembleia Geral Anual de Accionistas reuniu-se a 26 de Abril de 2010 para aprovar os pontos da ordem de trabalhos, como se segue:

1. A ratificação pela assembleia geral das cooptações dos administradores Eng. Luigi Spelli, Dr. Massimo Mondazzi, efectuadas na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 13 de Maio de 2009, do administrador Dr. Francesco Giunti, efectuada na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 11 de Novembro de 2009 e da Eng.ª Maria Rita Galli, efectuada na reunião de Conselho de Administração de 22 de Março de 2010;
2. Relatório de Gestão Consolidado e Contas Individuais e consolidadas do exercício de 2009, bem como demais documentos de prestação de contas;
3. A proposta de aplicação de resultados da seguinte forma:

Distribuição de dividendos (0,20€/acção)	mEuros 165.850
Resultados transitados	mEuros 119.364
Total	mEuros 285.214
4. O relatório de governo da sociedade;
5. Um voto de louvor ao Conselho de Administração e aos Órgãos de Fiscalização, nomeadamente o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, bem como a cada um dos respectivos membros;
6. Declaração sobre a política de remunerações dos órgãos sociais e quadros dirigentes.

36. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Não aplicável.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Dr. Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Dr. Francisco Luís Murteira Nabo

Eng. Manuel Ferreira De Oliveira

Eng. Manuel Domingos Vicente

Dr. Fernando Manuel dos Santos Gomes

Eng. José António Marques Gonçalves

Dr. André Freire de Almeida Palmeiro Ribeiro

Eng. Carlos Nuno Gomes da Silva

Dr. Rui Paulo da Costa Cunha e Silva Gonçalves

Dr. João Pedro Leitão Pinheiro de Figueiredo Brito

Dr. Massimo Mondazzi

Dr. Claudio De Marco

Dr. Paolo Grossi

Eng. Fabrizio Dassogno

Eng. Giuseppe Ricci

Eng. Luigi Spelli

Prof. Doutor Joaquim José Borges Gouveia

Eng.^a Maria Rita Galli

Galp Energia, SGPS, S.A.

Relações com Investidores

Tiago Villas-Boas, Director
Inês Santos
Maria Borrega
Pedro Pinto
Samuel Dias

Contactos :

Tel: +351 21 724 08 66
Fax: +351 21 724 29 65

Morada: Rua Tomás da Fonseca, Torre A, 1600-209
Lisboa, Portugal

Website: www.galpenergia.com

Email: investor.relations@galpenergia.com

Reuters: GALP.LS

Bloomberg: GALP PL